

**ILMO. SENHOR PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE
DESENVOLVIMENTO URBANO DE GUABIRUBA**

LABORAR SERVIÇOS DE FISIOTERAPIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 21.238.317/0001-30, com sede na Rua Brusque, nº 2084 – Sala 01, Bairro Centro, no Município de Guabiruba/SC, neste ato representada por sua administradora **CAROLINE DEBATIN**, brasileira, empresária, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 2.834.945, expedida pela SESPDC/SC, inscrita no CPF sob nº. 021.598.509-50, residente e domiciliada na Rua Brusque, nº 2084, Bairro Centro, Guabiruba/SC, e seu técnico responsável **FABIO DANIEL REZINI**, brasileiro, casado, portador da C.I. RG. nº 3.476.954 SSP/SC e inscrito no CPF nº 030.555.209-04, Engenheiro Florestal, registrado no CREA/SC sob nº 132288-7, residente e domiciliado Rua Gabriel Siegel, 100, Bairro Guarani, Brusque/SC, vem, por meio desta, solicitar análise do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano referente ao Estudo de Impacto de Vizinhança da ampliação de um galpão industrial localizado na Rua Brusque, nº 2361, Bairro Imigrantes, em imóvel devidamente registrado junto ao Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Brusque, SC sob a matrícula de nº 95.829.

DOS FATOS:

ANÁLISE DO EIV- ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA.

DO DIREITO:

Com base na fundamentação jurídica, é possível citar os artigos 165 e 166, do Plano Diretor, Lei nº 1.691:

“Art. 165. O Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) será, via de regra, prévia à aprovação, autorização de construção e licenciamento de determinadas atividades e empreendimentos, a fim de examinar ex-ante as consequências positivas e negativas de sua implantação sobre a vizinhança.”

“Art. 166. Os usos definidos na presente Lei que possam estar sujeitos à apresentação de um EIV, estão descritos no Anexo V - Tabela de Atividades para estudo Estudo de Impacto de Vizinhança, e além do cumprimento dos demais dispositivos previstos na legislação urbanística, terão sua aprovação, pelos órgãos competentes da Administração Municipal, conforme estabelecido na Lei Federal nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade).”

DO PEDIDO:

Ante os fatos e direitos expostos, requer a Vossa Senhoria:

1 – O recebimento do presente requerimento;

2 – A convocação dos membros do respectivo Conselho para designação da reunião para deliberam sobre o pleito;

3 – O deferimento dos pedidos apresentados.

Nestes termos pede-se deferimento.

Guabiruba, 22 de fevereiro de 2024.

Fabio Daniel Rezini
Engenheiro Florestal
CREA/SC nº 132288-7